

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Ministro Benedito Gonçalves é aprovado corregedor do CNJ

Indicação recebeu 53 votos favoráveis e 16 contrários no Senado

/ CONGRESSO NACIONAL

O Senado aprovou a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves para o cargo de corregedor nacional de Justiça. O ministro comandará o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no período de 2026 a 2028. A indicação recebeu 53 votos favoráveis e 16 contrários.

Com mais de 50 anos de carreira no serviço público, Benedito Gonçalves foi inspetor de escolas, papiloscopista da Polícia Federal e delegado da Polícia Civil antes de ingressar na magistratura. A carreira como magistrado só começou aos 34 anos, em 1988, quando foi aprovado em um concurso na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Passou também por unidades do Rio de Janeiro e do Paraná. Dez anos depois, em 1998, foi promovido a desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

Foi no dia 28 de agosto de 2008 que Gonçalves chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde é o único negro entre 33 ministros. O relator da indicação, senador Cid Gomes (PSB-CE), lembrou a trajetória pessoal e profissional do ministro e fez coro aos senadores da base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela aprovação de Gonçalves.

“O ministro Benedito é filho

de um pedreiro e de uma servente lavadora, de origem humilde, negro, da periferia do Rio de Janeiro. Estudou com toda dificuldade, prestou concurso público e ascendeu ao Superior Tribunal de Justiça”, disse.

O nome de Benedito Gonçalves enfrentou pouca resistência para ser aprovado. Na sabatina do ministro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foram 21 votos favoráveis e cinco contrários.

Esforço de Davi Alcolumbre

A aprovação do nome do ministro para o CNJ contou com um “esforço concentrado” de Davi Alcolumbre (União Brasil), presidente do Senado, junto aos colegas da Casa. Gonçalves teve seu nome vinculado a um evento regado a uísque bancado pelo banqueiro Daniel Vorcaro. Segundo reportagem do site Poder 360, o ministro integrou na ocasião um evento paralelo: a degustação de uísque Macallan (uma

das marcas mais caras e prestigiadas do mundo) promovida por Vorcaro para autoridades. O custo estimado da festa foi de R\$ 3,3 milhões.

Uma votação anterior para a apreciação do nome do ministro chegou a ser cancelada porque Gonçalves poderia não ser aprovado. No dia 20 de maio, Alcolumbre interrompeu a sessão após constatar que apenas 59 dos 67 senadores presentes registraram voto - número insuficiente para garantir o quórum necessário, que requer a maioria absoluta de votos (41).

O CNJ, órgão que Benedito pode assumir, é responsável por fiscalizar a atuação administrativa, financeira e disciplinar do Judiciário brasileiro, com poder para investigar e punir magistrados e servidores. Também cabe ao conselho padronizar procedimentos e zelar pela transparência e eficiência dos tribunais em todo o País.



ANTONIO AUGUSTO/TSE/JC

Gonçalves comandará o conselho no período de 2026 a 2028

Afastado servidor ligado à investigação sobre ‘Dark Horse’

/ PREFEITURA DE SÃO PAULO

A prefeitura de São Paulo afastou um gerente da SPTuris, empresa municipal de Turismo, que é investigado pela CGM (Controladoria-Geral do Município) no processo que apura a contratação do Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade de Karina Ferreira da Gama, dona da produtora do filme “Dark Horse”.

Antes de ocupar o posto na empresa municipal, Rodrigo Raveli Bolzan foi sócio da Complexys Soluções Integradas, uma das empresas investigadas pela Polícia Civil no inquérito que apura a hipótese de que recursos

da prefeitura recebidos pelo ICB foram desviados e terminaram no filme.

A SPTuris manteve R\$ 12 milhões em contratos com a Complexys, segundo reportagem do portal Metrôpoles, e Bolzan foi o servidor designado para fiscalizar parte desses contratos. Nunes não esclareceu se o eventual conflito de interesse foi a causa do afastamento.

“Ele está afastado das funções. Foi aberta uma apuração pela Controladoria. Está sendo apurado, acompanhado pela Controladoria”, disse o prefeito.

“A gente não quer deixar, em nenhuma hipótese, qualquer tipo

de dúvida sobre qualquer situação”, disse Nunes, ao prometer que “vai ser muito rápido e célere o processo de apuração. Identificada alguma ilegalidade, obviamente ele vai ser demitido”.

O prefeito abordou o tema na terça-feira durante entrevista coletiva após a inauguração de uma unidade de saúde na zona sul da cidade.

A sede da Complexys, na Vila Mariana, zona sul da cidade, foi um dos oito endereços em que a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão durante a operação que mirou os contratos da produtora de “Dark Horse”, na semana passada.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



PEDRO GONTIJO/SENADO/JC

Securitização devolve esperança

Brasília viveu nesta quarta-feira uma das votações mais importantes dos últimos anos para o agronegócio brasileiro. O Senado aprovou o Projeto de Lei 5.122/2023, que cria mecanismos para a securitização das dívidas rurais e abre caminho para a recuperação financeira de milhares de produtores afetados por sucessivas crises climáticas e econômicas.

Além da negociação

A medida vai além de uma simples renegociação de débitos. Representa uma alternativa para agricultores e pecuaristas que enfrentaram perdas provocadas por secas, enchentes, quebras de safra, e aumento dos custos de produção. O projeto retorna agora à Câmara dos Deputados para análise das mudanças feitas pelos senadores.

Alcolumbre desafia pressão do governo

A aprovação somente ocorreu porque o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), decidiu levar a proposta ao plenário mesmo diante da oposição da equipe econômica do governo federal. Ao manter a votação, Alcolumbre reafirmou compromissos assumidos com as bancadas parlamentares e com o setor produtivo. A decisão foi interpretada por lideranças rurais como um gesto de independência e sensibilidade diante da situação enfrentada pelos produtores.

Deputados lideram mobilização

Para um dos articuladores da proposta, deputado federal gaúcho Luciano Zucco (PL), que participou das mobilizações nas últimas semanas em Brasília, a aprovação demonstra que o Congresso ouviu o apelo de milhares de famílias rurais atingidas por sucessivas perdas.

Linha especial de crédito

O projeto cria uma linha especial de refinanciamento com juros reduzidos, carência e prazos ampliados para pagamento. O governo poderá utilizar recursos do Fundo Social do Pré-Sal e outras fontes autorizadas para viabilizar as operações. A medida tem importância para o RS, onde produtores ainda enfrentam os efeitos de anos de estiagem e das enchentes históricas de 2024.

União de produtores e parlamentares

A votação foi resultado de uma ampla articulação de produtores rurais, entidades e parlamentares de diferentes partidos. Parlamentares da bancada gaúcha (foto) participaram das reuniões. O governador Eduardo Leite (PSD) também acompanhou as tratativas em Brasília.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade